



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ATA DA REUNIÃO COM OS SINDICATOS**, realizada em 31 de maio de 2010, na Sala da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dez, às 09h35min, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Des<sup>a</sup> **TELMA BRITTO**, compareceram, para a reunião os Excelentíssimos Senhores: Bel. Ricardo Augusto Schmitt, Juiz Assessor da Presidência II, e os representantes dos Sindicatos Gonzalo de Azarrou Neto, Ruy Cleidson Mascarenhas Filho, Patrícia Gomes de Oliveira, Aleksandra Rosa de Souza, Edla Castro Serravalle, Edileusa Ramos dos S. Souza, Ana Lúcia Penalva Lins Lopes, Antônio Carlos Ribeiro de Jesus, Bruno Almeida Brito, Tiago Pascoal dos Santos, Diana Deyse Cardoso de Santana, Luciene N. L. Machado, Edmo Del-Rei Lima, Jaciara Cedraz Carneiro, Elizabete O. Rangel da Silva, Maria José Silva e Augusto Conceição Souza. A Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Des<sup>a</sup> **TELMA BRITTO**, iniciou a reunião, dando a palavra aos presentes, solicitando quais são as reivindicações dos Sindicatos. Augusto disse que estão no ofício nº 162/2010, datado de 25/05/2010. A presidente explicou que já retirou o Projeto de Lei que regulamentava o Conciliador e Juiz Leigo, uma vez que o CNJ disciplinou pelo Provimento nº 07/2010. Quanto a carga horária, disse que sempre entendeu que não pode aumentar a carga horária sem contraprestação. Quanto a GET, está no aguardo da aprovação do Projeto, que não retira da Assembléia. Augusto se manifestou a respeito dos critérios da CET, e a Presidente explicou que não incorpora aos vencimentos, sendo que no projeto existe apenas uma regra de transição para incorporação do adicional de função. Edmo disse que o TJ não obedece uma continuidade administrativa, o que provoca uma enorme insegurança aos servidores. A Presidente explicou sua intenção com um novo Plano de Cargos e Salários, com vencimentos mais altos e adicionais mais baixos em termos de percentagem. Gonzalo disse que seria mais justo não existir a regra de transição. A presidente disse que sempre pautou em retirar o que for ilegal e, neste caso, o adicional de função tem previsão legal. Quanto aos cargos em comissão, disse que irá cumprir a Resolução do CNJ e a própria Lei Estadual e desde o início, nas poucas nomeações que fez, tem dado preferência a pessoas do quadro. Edmo indagou a respeito do Diretor de Secretaria, dizendo que a Lei não deixa claro que deve ser do quadro. A Presidente disse que é privativo a pessoas do quadro e todos os presentes concordaram. Elizabete perguntou a respeito da arrecadação e a Presidente informou que o assunto será tratado no Projeto de Extinção do IPRAJ. Sobre a reivindicação dos Convênios com as Prefeituras, a Presidente explicou que já denunciou todos os Convênios com o Decreto nº 152/2010 e que serão ajustados de acordo com a negociação que teve com o CNJ. Sobre a revogação do Decreto nº 152/2010, demonstrou com folhas de pagamento a redução dos vencimentos de um servidor que era de aproximadamente 23 mil para 9 mil, só com base nas medidas adotadas pelo referido Decreto. Sobre a GEE, disse novamente que foi cortado, não por impacto na folha, mas porque o CNJ questionou a inexistência de critérios para aferir a eficiência. Inclusive para suprir, disse que já propôs uma Emenda de Relatoria para transformar em vantagem pessoal. Sobre os contratos do REDA, disse que está com os dias contados, que apesar de ser um instrumento válido, legal, não está sendo mais adotado pela atual administração. Disse que não fará um REDA sequer na atual gestão. Quanto ao pagamento do passivo da substituição, reiterou que

Tempo de recepção Mai. 31.

3:14PM

*Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name 'Karinize'.*

fará o pagamento, nos moldes já explicado. Sobre o Auxílio Creche, disse que não conhece o Projeto e que o Crédito Habitacional é um projeto do Executivo. Falou sobre as Comissões do TJ com participação dos servidores e disse que qualquer um pode participar e opinar sobre o orçamento e que já está disponível no site. Edmo ponderou que na última assembleia, do dia 14/05/2010, apontou que o pedido da revogação total do Decreto nº 152/2010 deveria ser reapreciado pela categoria. A Presidente apontou a vulnerabilidade do sistema. Avisou que todas as senhas serão canceladas e enquanto não for concluído o Inquérito Policial o RHNET e a "Transparência" ficarão fora do ar. A Presidente disse que não coloca mais ninguém a disposição de outro poder com ônus ao Poder Judiciário. Elizabete disse que tinha servidor que era colocado para outro Poder e continuava com ônus para o TJ. A Presidente disse para formular denúncia específica, pois irá apurar, só precisa saber quem é e pediu que denunciassem. Jaciara trouxe como reivindicação a não incorporação dos adicionais de quem tem a incorporar. A Presidente disse que já existe Projeto de Lei extinguindo o adicional, por isso essa reivindicação é inegociável. Com relação ao Art. 6º do Decreto nº 152/2010, Jaciara solicitou que não fossem revogadas as Portarias em vigor e a Presidente disse que isso é negociável, que pode ser feito, pois o Decreto não tem efeito retroativo. Jaciara solicitou a criação de um grupo de trabalho com participação do Sindicato com relação ao Art. 8º e a Presidente explicou que a idéia é permitir a formulação de Emendas pela Internet, com participação de todos e posteriormente podendo ter a participação dos Sindicatos. Tiago solicitou que fosse extinto o adicional de função e a Presidente disse que já existe Projeto de Lei neste sentido e a questão está no aguardo de julgamento no CNJ. A Presidente esclareceu que teve apoio do Ministro Dipp para impedir a propositura inicial do CNJ de demissão dos servidores dos dois últimos concursos e que acha que isso já foi superado. Antônio Carlos solicitou uma passarela ou semáforo, em frente ao TJ, para atravessar a rua e a Presidente esclareceu que já foi solicitado, inclusive redutores de velocidade. Tiago solicitou que a Presidente encaminhe uma Emenda para pagar o auxílio transporte dos servidores que residam em local distinto da Comarca, e a Presidente disse que é ilegal, ressaltando que a intenção é desativar Comarcas com baixo volume forense e baixa arrecadação. Desª. Telma Brito finalizou a reunião às 11h45min, agradecendo a presença de todos. E, para constar, Eu, (Bel. Ricardo Augusto Schmitt), lavrei a presente que vai assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia.

*Handwritten signature*

**Desª. TELMA BRITTO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

*Handwritten signatures:*  
Carine  
Mysline  
~~Handwritten signature~~  
~~Handwritten signature~~  
~~Handwritten signature~~  
~~Handwritten signature~~  
~~Handwritten signature~~

*Handwritten signatures:*  
E. Sena Valle  
Bruno Almeida Brito  
Ruy  
Patrícia Gomes de Oliveira  
~~Handwritten signature~~  
J. Santana  
Edmo V. A. Lima